OPINIÃO SOCIALISTA

Nº 510
De 11 de dezembro de 2015 a janeiro de 2016
Ano 18

R$2 (11) 9.4101-1917 PSTU Nacional www.pstu.org.br @pstu   Portal do PSTU

FORA TODOS ELES!

Fora Dilma, Cunha, Temer, Aécio e esse Congresso! Eleições gerais, já! Por um governo dos trabalhadores apoiado em conselhos populares!

PÁGINAS 8 e 9

ESPECIAL

Guarani Kaiowás

Terra, Justiça e demarcação ENCARTE ESPECIAL

EDUCAÇÃO

Não feche minha escola!

Estudantes dão a letra e fazem governo Alckmin recuar

Páginas 4, 5 e 6

VENEZUELA

Chavismo sofre sua maior derrota em 16 anos

Página 16

páginadois

CHARGE

Mais uma ameaça

Está em vigor uma ordem de reintegração de posse contra a ocupação dos Guaranis Kaiowás Tey'i Juçu. A ordem foi concedida pela primeira instância da Justiça Federal e mantida por decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, em São Paulo. Determinados, os indígenas afirmam que não recuarão da decisão de ocupar a terra tradicional. Prevendo a possibilidade concreta do cumprimento da ordem de despejo, reafirmam que não deixarão com vida seu território sagrado. A Tey'i Juçu é uma terra indígena reconhecida pela Funai.

O Relatório de Identificação e Delimitação foi concluído e aguarda apenas a publicação. Portanto, um despejo significa que todas as famílias da terra indígena pagarão com suas próprias vidas por mais uma inoperância do governo brasileiro. Há mais de cinco anos, o Estado reconheceu o Tey'i Juçu como terra indígena, mas o governo federal não concluiu o procedimento administrativo de demarcação.

Falou Besteira

“O que eu estou fazendo em Bangu 8?”

ANDRÉ ESTEVES, banqueiro, ex-presidente do BTG, preso pela Lava Jato. Ele está passando uma temporada num famoso presídio do Rio de Janeiro. Ô, coitado... (Valor Econômico, 8/12/2015)

A Vale mente

Um documento do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) mostra que a Vale jogou mais rejeitos na barragem de Fundão, em Mariana (MG), do que tinha declarado. A empresa é dona da Samarco junto com a BHP Billiton. A Vale disse que apenas 5% do volume total eram despejados por ano no local, mas o documento comprova que a Vale foi responsável por 28% do total de rejeitos jogados na barragem.

CAÇA-PALAVRAS

Políticos corruptos

C	V	D	F	J	Ú	B	F	Â	U	B	R	J	R	Ç
O	Ó	R	N	Ó	N	À	P	L	F	Ô	I	E	V	R
L	Â	O	Õ	E	E	Y	R	Ò	M	Ü	C	H	Ã	E
L	X	S	I	D	A	D	G	D	Z	I	Ò	V	K	N
O	A	E	Ó	X	I	W	Õ	A	H	F	Ó	Ã	Ã	A
R	C	A	P	V	C	Ó	O	X	Ú	Ò	Ü	N	E	N
F	R	N	R	A	Ê	Ê	Â	É	Ü	Ü	Z	J	Ê	C
T	C	A	Ã	C	Q	N	T	Ã	Õ	Z	Z	A	Ú	A
N	P	S	Ú	C	Â	L	Â	Á	P	S	Â	Ò	Í	L
I	Á	A	Ó	A	N	A	S	T	A	S	I	A	Ó	H
X	Ó	R	N	R	F	B	D	V	L	E	D	Ê	G	E
Ó	H	N	F	I	G	S	G	V	O	Õ	P	Ç	M	I
Ã	Ó	E	Í	W	Ú	K	Â	A	C	N	T	P	G	R
X	G	Y	X	Á	Q	T	Ã	D	C	C	H	G	O	O
À	Â	R	U	X	Â	V	N	A	I	J	M	Í	Ü	S

RESPOSTA: Collor, Vaccari, Palocci, Anastasia, Roseana Sarney, Renan Calheiros

pelo ZapZap!

“Neste atual momento do cenário nacional, estou adorando o PSTU. Queria que o PSTU crescesse pra corrida presidencial em 2018. Basta de PT, PMDB, PSDB. Só trazem prejuízos à nação.”
Eduardo Fernandes, de Juazeiro do Norte (CE)

“Gostei muito da edição 509, principalmente da matéria sobre o Estado Islâmico. Só acho que faltou dizer que essa organização é muito machista e homofóbica, assassina milhares de homossexuais e mulheres. Essas são as principais vítimas do fascismo do EI, e nem a França, nem os EUA, nem ninguém tá nem aí.”
Gabriel, de São Paulo (SP)

“*'Eu não acredito que fulano é gay! Mas ele é tão novo. Puxa, um cara bonito, trabalhador, honesto, enfiado nessas coisas. Por que essa gente tá fazendo isso com a vida?!'*, ouvi de duas metalúrgicas na fábrica essa semana. É terrível ser gay numa fábrica. Ninguém te respeita, não importa o que tu faças ou quem tu sejas.”
Chico Silva, do Rio Grande do Sul

Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 / Atividade Principal 91.92-8-00

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb 14.555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Raíza Rocha, Luciana Candido, Romerito Pontes

DIAGRAMAÇÃO Romerito Pontes e Victor Bud

IMPRESSÃO Gráfica Lance (11) 3856-1356

CONTATO

FALE CONOSCO VIA **WhatsApp**

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista
São Paulo (SP) – CEP 01313-000

NOSSAS SEDES

NACIONAL
Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776
www.pstu.org.br
www.litci.org
pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br

ALAGOAS
MACEIÓ - Rua 13 de Maio, 75, Poço em frente ao Sesc) pstual.blogspot.com

AMAPÁ
MACAPÁ - Av. Sergipe, 407 - CEP. 68908-310. Bairro Pacoval. Tel: (96) 3224.3499

AMAZONAS
MANAUS - R. Manicoré, 34 - Cachoeirinha CEP 69065100

BAHIA
SALVADOR - Rua General Labatut, 98, primeiro andar. Bairro Barris pstubahia.blogspot.com

CAMAÇARI - Rua Padre Paulo Tonucci 777 -BB Lj -08 - Nova Vitória CEP 42849-999

CEARÁ
FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056

JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel. (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL
BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul. (61) 3226.1016 | brasilia@pstu.org.br

GOIÁS
GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt- 28, casa 02 - Setor Leste Universitário. (62) 3541.7753

MARANHÃO
SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo. (98) 8812.6280/8888.6327 pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO
CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL
CAMPO GRANDE - Rua Brasilândia, n. 581 Bairro Tiradentes (67) 3331.3075/9998.2916

MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE - Edifício Vera Cruz, R. dos Goitacazes 103, sala 2001. bh@pstu.org.br

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724

ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647

JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. pstu16juizdefora@gmail.com

MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.

S. JOÃO DEL REI - Rua Dr Jorge Bolcherville, 117 A - Matosinhos. Tel (32) 88494097 pstusjdr@yahoo.com.br

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629|

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ
BELÉM Centro - Travessa 9 de janeiro, n. 1800, bairro Cremação (entre Av. Gentil Bittencourt e Av. Conselheiro Furtado)

PARAÍBA
JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368.

PARANÁ
CURITIBA - Rua Ébano Pereira, 164, Sala 22, Edifício Santo Antônio Centro - CEP 80410-240

MARINGÁ - R. Taí, 597, Sala 11. Centro. Sarandi-PR (44) 9963-5770 | (44) 9856-5034

PERNAMBUCO
RECIFE -Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410 www.pstupe.org.br

PIAUÍ
TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. (21) 2232.9458 rio.pstu.org.br

MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.

CAMPOS - Av. 28 de Março, 612, Centro. www.camposrj.pstu.org.br

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro.

NITERÓI - Av. Amaral Peixoto, 55 Sala 1001 - Centro.

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado. (24) 9.9864-7972 pstusulfluminense.blogspot.com

RIO GRANDE DO NORTE
NATAL - Rua Princesa Isabel, 749 Cidade Alta - Natal - RN 84 2020.1290 http://www.psturn.org.br/ pstupotiguar@gmail.com

SEDE NOVA NATAL - Av. dos Caboclinhos, 1068. Conjunto Nova Natal - Natal - RN

GABINETE VEREADORA AMANDA GURGEL - Câmara Municipal do Natal Rua Jundiaí, 546, Tirol, Natal (84) 3232.9430 / (84) 9916.3914 www.amandagurgel.com.br

MOSSORÓ - Rua Filgueira Filho, 52 Alto de São Manoel

RIO GRANDE DO SUL
PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 Portinho, 243 (51) 3024.3486/3024.3409 pstugaucho.blogspot.com

GRAVATAÍ - Av. José Loureiro Silva, 1520, Sala 313 - Centro. (51)9364.2463

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180

SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722

SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831

CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579 pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO
SÃO PAULO

CENTRO - R. Líbero Badaró, 336 2º andar. Centro. (11) 3313-5604 saopaulo@pstu.org.br

ZONA LESTE - Rua Henrique de Paula França, 136 - São Miguel. (11) 99150 3515. CEP 08010-080

ZONA SUL - R. Julio Verne, 28 - Santo Amaro. (11) 99850 0170

ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 98195 6893

BAURU - Rua 1º de Agosto, 4-47. Edifício Caravelas, 5º andar, Sala 503D. baurupstu@gmail.com

CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672

GUARULHOS - Cônego Valadão, 325, Gopoúva. (11) 4966.0484

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Odeon, 19 – Centro (atrás do terminal Ferrazópolis) (11) 4317-4216

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (17) 9.8145.2910 pstu.sjriopreto@gmail.com

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845

SUZANO - Rua Manoel de Azevedo, 162 Centro. (11)9.7188-5452 / (11) 4743-1365 suzno@pstu.org.br

SERGIPE
ARACAJU - Rua Propriá, 479 – Centro Tel. (79) 3251 3530 CEP: 49.010-020

Derrubar Dilma, Cunha, Temer e Aécio nas ruas: fora todos eles!

O presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha (PMDB), continua fazendo manobras mirabolantes no Conselho de Ética para adiar a votação que pode colocar fim no seu próprio mandato. Para tentar livrar a própria cara, Cunha decidiu aceitar um dos pedidos de *impeachment* da presidente Dilma.

Não acreditamos que o *impeachment* é a solução para os problemas do povo pobre e trabalhador. Isso porque entrega aos políticos corruptos do Congresso (todos farinha do mesmo saco) a decisão sobre quem deve ou não governar. Ainda por cima, entregaria o poder a Michel Temer (PMDB), que não é nada diferente dos que estão aí.

No entanto, não é mais possível que organizações que se dizem de esquerda, como o PSOL, ou movimentos que se dizem do campo das lutas, como CUT, MST e MTST, continuem defendendo o PT e o "Fica Dilma" com o discurso vazio de defesa da democracia.

Que democracia? Nós defendemos um governo dos trabalhadores formado por conselhos populares e acreditamos que esse governo que necessitamos só será conquistado com luta, pois até mesmo as eleições se apresentam como um jogo em que os vencedores são os que têm mais dinheiro.

ELEIÇÕES GERAIS JÁ!

Que democracia é essa em que a grande maioria dos políticos se elegem mentindo para o povo e, depois de eleitos, fazem o que bem entendem? Em nome de quem? A presidente, a grande maioria dos deputados e senadores, incluindo Eduardo Cunha e Aécio Neves (PSDB), os governadores e os prefeitos foram quase todos eleitos com doações de bancos, empreiteiras, mineradoras. Prometeram fazer uma coisa e estão fazendo outra. Se o povo elegeu, tem o direito de poder tirar quando quiser.

Os deputados, senadores e governantes prometeram melhorar a vida do povo e estão jogando a crise nas nossas costas para beneficiar banqueiros. Nós defendemos revogabilidade de mandatos. Afinal, eles deveriam representar o povo e não os banqueiros e a si mesmos. Por isso, defendemos eleições gerais já para presidente, deputados, senadores, governadores e prefeitos.

NÃO VAMOS DEFENDER DILMA E O PT

O PSTU não defende Dilma e o PT porque eles não defenderam os garis em greve e os operários das fábricas e dos canteiros de obras, vítimas do desemprego. Não vamos defender Dilma e o PT porque eles não defenderam o povo quilombola e os negros e negras exterminados nas periferias pela polícia e, ainda por cima, porque negociaram com a direita o direito ao futuro de nossa juventude quando abriram passagem para a aprovação da redução da maioridade penal.

Não defenderemos Dilma e o PT porque eles não defenderam os indígenas Guarani Kaiowá que continuam sendo assassinados. Não defenderemos o PT porque esse partido nasceu do meio dos trabalhadores, mas traiu a nossa classe e passou para o outro lado quando escolheu governar para os ricos.

FORA TODOS ELES: POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES FORMADO POR CONSELHOS POPULARES

A direita brasileira, branca e reacionária, já governou este país por muito tempo. Aécio, Alckmin, FHC, a família Sarney, a família Magalhães e outras já sangraram demais as costas dos trabalhadores pobres e, desde sempre, venderam o Brasil ao imperialismo.

Estamos diante de uma crise econômica profunda, que destrói empregos, destrói os salários com a inflação e arrebenta a vida dos trabalhadores que têm de fazer mágica para continuar comendo, andando de ônibus e pagando aluguel.

Junto com a crise econômica, estamos vivendo também uma crise política. O PT, que foi o partido a quem o povo confiou suas esperanças, traiu os trabalhadores e passou para o lado dos ricos, dos banqueiros, dos patrões, dos burgueses.

O QUE FAZER AGORA?

Nenhum destes governos ou partidos no poder podem nos dar uma solução. É preciso fazer uma greve geral que mostre para todos eles que somos nós, os trabalhadores, que produzem toda a riqueza deste país.

É preciso um governo de trabalhadores, sem patrões, sem corruptos, constituído por conselhos populares de trabalhadores organizados nas fábricas, de estudantes organizados nas escolas, do povo pobre organizado em bairros e ocupações e da juventude negra e pobre das periferias organizada em seus coletivos.

Só um governo assim poderá tomar decisões como parar de pagar a dívida e usar esse dinheiro pra garantir essas medidas:

- Estabilidade no emprego, fim das demissões e redução da jornada de trabalho sem redução dos salários;
- Controle estatal do preço dos alimentos, dos transportes e dos aluguéis;
- Reestatização de todas as empresas que foram privatizadas, como a Vale do Rio Doce/Samarco, responsáveis pela tragédia de Mariana;
- Reforma urbana e reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
- Fim da Polícia Militar;
- 10% do PIB para a educação pública;
- 10% do PIB para a saúde pública.

NÃO FECHEM MINHA ESCOLA

Estudantes dão a letra em São Paulo

VINÍCIUS PSOA,
DA REDAÇÃO

Com mais de 200 escolas ocupadas, os estudantes resistiram até o fim nesta primeira batalha. Foram artimanhas de todo o tipo por parte do governo de Geraldo Alckmin (PSDB) para derrotar o movimento. Sabotagens, truculência policial, tudo com o apoio dos grandes meios de comunicação.

Em reunião no dia 29 de novembro, na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, vazou um áudio de Fernando Padula Novaes, braço direito do então secretário de Educação de São Paulo, Herman Voorwald. *"Nós estamos no meio de uma guerra e temos que nos preparar para continuar enfrentando. Eventualmente, a gente perde algumas batalhas, mas temos que ganhar a guerra final. A gente tem que, de um lado, desqualificar o movimento. Tem um grupo de fora, com jovens fazendo essa guerra da ação. Qual o nosso melhor instrumento? A informação!"*, disse Padula.

Um dia depois, o plano do governador Geraldo Alckmin e do seu secretário foi colocado em prática. A TV Globo fez uma reportagem chamando os alunos de vândalos, tentando desqualificar o movimento. Mostrou uma suposta depredação realizada por estudantes na Escola Estadual Coronel Sampaio. A farsa foi logo desmontada. Os estudantes denunciaram que pessoas desconhecidas invadiram a escola e começaram a queimar livros didáticos e roubar computadores. Disseram, também, que a polícia chegou ao local, mas não impediu a ação dos que estavam depredando.

A declaração de guerra de Alckmin apenas deixou as ocupações ainda mais fortes. Eram mais alunos aderindo ao movimento.

A comunidade e os pais nunca estiveram tão perto de suas escolas. Nossas crianças e nossos jovens estavam dispostos a lutar a qualquer custo.

PERDEU, PLAYBOY

Governo do PSDB recua e suspende fechamento das escolas

DA REDAÇÃO

A heroica resistência dos estudantes obrigou o governador Geraldo Alckmin (PSDB) a recuar. Em entrevista coletiva, no dia 4 de dezembro, o tucano anunciou a suspensão de seu projeto de reorganização escolar. No dia seguinte, o governo, por meio de uma publicação no Diário Oficial, revogou o Decreto 61.672, que dava início ao fechamento imediato de 93 escolas e o remanejamento de milhares de alunos. Ao mesmo tempo, também foi anunciada a demissão do secretário estadual de educação, Herman Voorwald.

O governo Alckmin acumulou grande desgaste com a mobilização estudantil. Apesar da truculência e da repressão policial, o movimento conseguiu amplo apoio da população, incluindo pais e mães de alunos, que não cederam à pressão do governo e se juntaram aos estudantes. O governo tucano teve a sua maior queda de popularidade, chegando à marca dos 28%.

VITÓRIA DA LUTA

O anúncio da suspensão do projeto é uma vitória dos estudantes paulistas, que deram um belo exemplo. As escolas ocupadas passaram a ser geridas pelos próprios estudantes, que decidem tudo democraticamente em assembleias. Sob o comando dos estudantes, as antigas escolas precarizadas do governo estadual se transformaram em ricos espaços de discussão, arte e reflexão.

SEGUIR LUTANDO

Apesar da derrota, Alckmin pode tentar retomar seu projeto de reorganização escolar em 2017, pois o ajuste fiscal vai diminuir ainda mais as verbas da educação. Assim como o governo Dilma, o governo de São Paulo vai continuar cortando gastos das áreas sociais. Por isso, a mobilização dos estudantes secundaristas deve seguir, através das ocupações ou de novas manifestações de rua.

Além da luta em defesa da educação, o movimento exige a punição dos policiais militares que invadiram as escolas e agrediram estudantes, bem como reivindica que não haja nenhuma criminalização dos ativistas e apoiadores. É fundamental, igualmente, avançar na organização estudantil, construindo grêmios livres, independentes e democráticos, nas escolas ocupadas.

REPORTAGEM

"Com a escola ocupada, aprendi muito mais"

VINÍCIUS PSOA,
DA REDAÇÃO

Visitamos algumas escolas e pudemos constatar o impressionante grau de organização dos alunos, com idade entre 12 e 16 anos. Em sua maioria, via-se meninas, organizando e tomando a frente das ocupações. Para entrar na Escola Estadual Diadema, esperamos mais de 15 minutos no portão, enquanto era consultada a organização sobre a nossa chegada. *"Você é de que jornal?"*, perguntaram. Respondemos que éramos do Opinião Socialista. A palavra "socialista" nos salvou e permitiu a entrada.

A estudante que nos recebeu disse que nem toda mídia estava entrando, pois alguns veículos de comunicação divulgaram que a escola Diadema tinha sido desocupada. *"Isso é mentira! Vários alunos de outras escolas vieram me perguntar se tínhamos desocupado. Nós fomos a primeira. Se nós desocuparmos, vamos acabar desmotivando as outras escolas, e só iremos desocupar se ganharmos essa luta"*, disse a estudante Suzam.

Portões com correntes e cadeados passavam o recado. *"Controlamos a entrada porque tem muita gente contra nosso movimento, podem entrar e estragar tudo"*, explicou Iuri.

Ao passar pelo primeiro corredor, via-se pinturas e desenhos por toda a parte. Naquela mesma semana, havia acontecido uma oficina de arte. Os alunos apresentaram todo o espaço e, depois, nos levaram para a cozinha. Estavam preparando o jantar. Ao lado, uma turma tranquila jogava dominó. Mais à frente, estavam as barracas onde os alunos passavam a noite.

Outra turma instalava um datashow para um debate sobre aborto que estava prestes a acontecer.

Perguntamos se podíamos entrevistar as lideranças. *"Aqui somos todos iguais. Todos representamos o movimento. Claro que existem as porta-vozes, mas tudo é decidido em conjunto, qualquer um de nós que for perguntado vai saber responder"*, explicou um estudante.

Em Marília (SP), estudantes preparam comida com alimentos doados; abaixo, estudantes da Escola Estadual Shinquichi Agari, na capital, varrem o pátio

EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO

Os alunos se organizam por comissões: segurança, limpeza, cozinha e mídia. *"Decidimos tudo em assembleia. Nela debatemos as divergências e votamos. A proposta mais votada ganha"*, explicam.

Como já estava anoitecendo, havia uma grande movimentação para o portão da escola. Era a troca de turno da comissão de segurança. Essa comissão estava preparando uma barricada no portão pela parte de dentro. *"Toda noite, vem carro de polícia aqui na frente intimidar os alunos. Eles também anotam as placas dos carros que estão aqui dentro. Votamos em assembleia, vamos lutar e resistir até o fim. Nem que tenha de enfrentar a polícia"*, disse Iuri.

Quando questionados sobre o que havia mudado após a ocupação, muitos disseram que, na escola, havia quase um regime ditatorial. Não podiam entrar de boné, não podiam entrar de camiseta regata nem fazer atividades físicas na hora do intervalo. *"Hoje nós temos outra escola, hoje eu sinto prazer em vir à escola. Com a escola ocupada, eu aprendi muito mais. Todos os dias, têm palestras e aulas aqui. Teve palestra de política, filosofia, violência contra a mulher, arte"*, conta um estudante.

Percorrendo as salas, encontramos um grupo de alunos com um professor. Ao nos aproximarmos, vimos sobre a mesa uma pasta onde estava escrito "Formatura 2015". Mesmo sem saber se iriam continuar com a escola, estavam planejando a festa de formatura.

"Nós não estamos apenas enfrentando a diretora, o governador Alckmin, o secretário, mas estamos em busca de um sonho, um sonho de uma escola com uma educação de qualidade, que acolha a comunidade que promova debate, que ajude a esclarecer nossos pensamentos críticos", explicou Iuri.

O estudante disse que esta talvez seja uma das maiores lições que os estudantes deram quando resolveram ocupar as escolas. *"Tinha amigo meu que odiava política. Depois da ocupação, participa de todos os debates, ajuda a organizar"*, falou.

Suzam conta que uma aluna chegou a pensar em desistir, pois estava com medo de se machucar numa eventual repressão da PM. *"A menina estava com medo de se machucar, com medo da polícia. Às vezes você tem que se machucar, se arriscar, correr o risco. Sabe por quê? Quando passar, você vai ficar se perguntando 'por que eu fiquei parado?'"*.

JUVENTUDE NÃO VAI PAGAR A CONTA

Quem são os culpados pela crise da educação pública?

GILBERTO PEREIRA,
DE SÃO PAULO (SP)

No primeiro semestre, diante dos cortes impostos aos orçamentos da educação pelos governos federal, estaduais e municipais, houve uma onda de greves que varreu o país. Primeiro, na educação básica, em dez estados e vários municípios. Depois, nas universidades e institutos federais.

O prato principal ficou para o segundo semestre. Diante do anúncio do governo de São Paulo do fechamento de mais de 90 escolas e quase três mil salas de aula, além da transferência compulsória de milhares de estudantes para outros estabelecimentos de ensino, a juventude se rebelou.

Os estudantes enfrentaram a polícia e o autoritarismo do governo tucano de Geraldo Alckmin, forçando-o a recuar do projeto que chamou de reorganização. Os jovens protagonizaram uma autêntica rebelião contra o governo de São Paulo que fecha escolas e abre presídios, enfrentaram a repressão da PM estadual e venceram.

FOTO: Romerito Pontes

Estudantes secundaristas fecham rua durante protesto em São Paulo

A CRISE E A JUVENTUDE

Esta e outras revoltas periódicas dos jovens pelo mundo são explicadas pelo fato de a juventude estar condenada a sofrer os males do capital. Os índices de desemprego e de violência são maiores entre os jovens do que entre o restante da população. No Brasil, segundo o IBGE, o desemprego na juventude chegou a 18% enquanto, no restante da população, é de 6,7%.

Os mapas da violência apontam a juventude negra e das periferias dos centros urbanos como as vítimas privilegiadas da violência policial. Falta segurança, serviços públicos, lazer e cultura nas periferias, e sobra violência de todas as formas. Em muitos bairros, as escolas são a única fonte de lazer. O capitalismo é o coveiro dos sonhos e do futuro da juventude, especialmente dos jovens negros e pobres das periferias.

São necessários meios públicos de cultura e lazer nas periferias sob controle dos trabalhadores e dos jovens, a dissolução da Polícia Militar e a criação de escolas de período integral com um currículo que alie formação e cultura gerais e profissionalização, garantindo aos estudantes políticas de permanência na escola, como bolsa-auxílio.

REVOLUCIONAR A EDUCAÇÃO

O que a escola deveria ser

As escolas devem ser locais de socialização do conhecimento, de formação profissional, de lazer e de cultura geral. Por isso, sua arquitetura e funcionamento precisam ser revolucionados.

Hoje, a maioria das escolas públicas tem estrutura e funcionamento semelhantes a presídios. São cárceres para os jovens e para os profissionais do ensino, tendo os diretores como chefes. Imperam a ignorância e o autoritarismo.

É preciso implantar uma democracia radical nas escolas. Elas têm de ser abertas às comunidades, inclusive nos finais de semana, com programas de formação e cultura. Sua administração, até dos recursos financeiros, deverá ser feita por um conselho paritário formado por pais, alunos e profissionais do ensino, com a mais ampla liberdade de organização e de expressão, com grêmios livres e autônomos em relação aos governos e às direções escolares. As direções devem ser eleitas por voto direto da comunidade escolar, com mandatos periódicos e revogáveis. Também é preciso garantir a mais ampla liberdade de organização sindical e política para os movimentos sociais e partidos.

Ao Estado, cabe financiar a educação, mas não administrar de forma autoritária as escolas. Deve garantir um currículo comum a todos os alunos e permitir que as escolas, através de seus conselhos paritários, definam a melhor política de formação específica para sua comunidade.

DIGNIDADE AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Essa revolução nas escolas será possível se os profissionais do ensino tiverem condições de trabalho e dignidade profissional, como redução da jornada de trabalho com 50% de hora-atividade ou tempo pedagógico, piso salarial equivalente ao do Dieese, fim dos contratos precários e estabilidade no emprego, diminuição do número de alunos por turma ou classe e todos os equipamentos necessários para o ensino de suas disciplinas.

A defesa dessa escola pública de qualidade para os jovens trabalhadores se dará com uma luta contra os grupos capitalistas e os governos que privatizam a educação. É necessário derrotar o Plano Nacional de Educação (PNE) do governo Dilma, estatizar sem indenização as escolas privadas e destinar as verbas públicas somente às escolas públicas, com um investimento mínimo de 10% do PIB. Isso exige, em primeiro lugar, que não seja paga a dívida pública aos banqueiros.

Só a unidade entre trabalhadores, juventude e profissionais do ensino pode combater a mercantilização da educação e do conhecimento.

PORQUE ERAM NEGROS

Jovens são metralhados pela PM do Rio de Janeiro

CAROLINA BURGOS,
DO RIO DE JANEIRO (RJ)

O primeiro salário a gente nunca esquece. Em meio à crise econômica, ter um emprego é uma das conquistas mais comemoradas pela maioria dos jovens. Um privilégio. Ainda mais sendo negro, pobre, morador de favela, onde as perspectivas de futuro digno são arrancadas logo cedo. Como não sair para comemorar com os amigos? Esse parecia ser o último desejo de cinco jovens da comunidade do Lagartixa, no Complexo da Pedreira, em Costa Barros, Zona Norte do Rio de Janeiro, na madrugada de domingo, 29 de novembro. Porém cinco sonhos foram interrompidos pela brutalidade da força policial do Estado que discrimina, criminaliza a pobreza e mata.

Roberto de Souza Penha, 16 anos; Carlos Eduardo da Silva de Souza, 16 anos; Cleiton Correa de Souza, 18 anos; Wilton Esteves Domingos Junior, 20 anos; e Wesley Castro Rodrigues, 25 anos foram executados com 111 tiros disparados pela Polícia Militar. Tinham ido comemorar o emprego de Cleiton e Roberto, recém admitidos no programa Jovem Aprendiz. Após voltarem para casa, resolveram sair novamente para lanchar e não voltaram mais. De acordo com testemunhas, um dos jovens teria gritado que era morador. Ainda assim, foram executados sem chance de qualquer defesa.

"É o sangue dos nossos filhos que está sendo derramado. Deixem nossas crianças viverem. A favela não vai se calar, nós não iremos nos calar diante dessa chacina e diante dessas covardias", afirmou a mãe de um dos jovens durante manifestação contra a violência policial.

Após o episódio, os policiais tentaram forjar um auto de resistência colocando uma arma de brinquedo embaixo do carro onde os jovens se encontravam. Foram desmascarados pelo exame de balística e pelo depoimento de testemunhas, inclusive da mãe de Wilton. Márcia Ferreira de Oliveira afirmou à imprensa que chegou a ver o filho se mexendo no carro, mas foi impedida de socorrê-lo pelos gritos de um dos policiais militares que dizia: *"Eu vou atirar, eu vou atirar"*.

Os PMs do 41° BPM foram presos em flagrante após depoimento. Responderão na Justiça comum e militar por fraude processual. Três deles também responderão por homicídio doloso, quando há intenção de matar. O comandante do batalhão, o tenente-coronel Marcos Netto, foi exonerado do cargo.

A CULPA É DE QUEM?

Governos devem ser responsabilizados

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), tratou o episódio sem relacioná-lo aos demais casos de violência policial praticados no estado.

Desconsiderou, por exemplo, a grande quantidade de jovens negros assassinados pela PM. De acordo com dados apresentados pela Anistia Internacional, 79% das pessoas mortas por policiais militares, entre 2010 e 2013, no Rio de Janeiro, eram negras; 99,5%, homens, e 75% tinham entre 15 e 29 anos de idade. Apesar disso, Pezão disse que o caso não envolve racismo, e sim um erro.

"Esses governantes estão ganhando dinheiro fazendo política de segurança pública em cima do sangue dos nossos filhos, e a gente tem que falar que a gente não aceita isso. Esses covardes têm que ser responsabilizados também", afirmou uma das mães.

Desde o início do ano, a política do governo tem sido afastar cada vez mais os moradores das favelas do centro urbano. Cortou os ônibus da periferia para a Zona Sul e impediu os jovens negros de irem às praias.

Com os megaeventos, Pezão e Dilma (PT) aplicaram juntos uma política orquestrada de privilégio às empreiteiras. Não apenas deixaram os pobres à própria sorte, mas aprofundaram a criminalização da pobreza.

Essa lógica deve aumentar com as Olimpíadas, quando serão disponibilizados mais soldados do exército do que os que já atuam nas favelas. O intuito é garantir o lucro dos que se beneficiam com o evento.

FOTO: Tomaz Silva / Agência Brasil

Luiz Fernando Pezão, governador do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO

Crise se alastra pelo estado

Ao mesmo tempo, direitos básicos dos trabalhadores e da juventude são ignorados. O governador Pezão anunciou, nos últimos dias, que não tem dinheiro para pagar o salário do funcionalismo público do estado de uma só vez e não deu nenhuma garantia sobre a segunda parcela do 13° salário.

Operários continuam sendo demitidos em massa. Alguns estaleiros, como Inhaúma, no Caju, estão ameaçados de fechar. Com as Olimpíadas, continuam ocorrendo as desapropriações, como da Vila Autódromo e de tantas outras comunidades.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) teve aulas adiadas por falta de verbas e não paga funcionários terceirizados e bolsas. É um cenário em que fica cada vez mais nítida a intenção dos governos.

CRISE POLÍTICA

Fora Dilma, Cunha, Aécio, Temer e o Congresso! Fora todos eles!

DA REDAÇÃO

Os mais recentes lances da crise política parecem cenas de uma comédia pastelão. A classe trabalhadora, a juventude e o povo pobre assistem aos de cima brigando, mas sabem que nenhum lado os representa

O pilantra e corrupto Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que já devia ter sido cassado e preso, depois de ter se mantido meses à frente da presidência da Câmara, ancorado num acordão entre PT e PSDB, finalmente cumpriu sua chantagem com o governo e admitiu o pedido de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff (PT). Foi o final barulhento do acordo com o PT.

Quando o deputado viu que seria difícil se safar, resolveu apostar no *impeachment* para desviar a atenção de seu caso. Desde então, adia sucessivamente a reunião da Comissão de Ética da Câmara, que deve admitir o processo que pode resultar na sua cassação.

O governo, que está com a popularidade lá embaixo porque governa para os banqueiros e joga a crise nas costas dos trabalhadores, tenta localizar-se numa posição de mal menor. Explorando uma polarização entre Dilma e Cunha, tenta se colocar como vítima do deputado pilantra que não tem moral para conduzir *impeachment* de ninguém.

QUEM DÁ MAIS?

Mas, o processo de *impeachment* é o ponto alto de uma crise que se aprofunda cada vez mais, parte de uma crise econômica e social. Por baixo, há um descontentamento que vem se manifestando num processo crescente de greves operárias, como a dos petroleiros, e de lutas como a dos estudantes secundaristas de São Paulo.

Nesse caldo todo, o governo do PT, o PSDB e o PMDB brigam entre si para ver quem tem mais apoio do empresariado e de banqueiros para garantir a governabilidade, ou seja, para aplicar integralmente a política de ajuste fiscal no país. A briga entre os de cima é para definir quem toma conta do butim e para jogar os efeitos da crise nas costas dos trabalhadores. De um lado, tem o PT e seus aliados. De outro, o PSDB com Aécio. No meio, o vice Michel Temer, que divulgou uma carta desaforada à presidente, que virou piada nas redes sociais, prenunciando sua ruptura com o governo.

A turma toda saiu a campo para ganhar o apoio dos banqueiros e do empresariado. Assim como aqueles programas de namoro na TV, flertam com a burguesia e colocam sua fidelidade à prova. É como um leilão, em que cada um tenta oferecer algo a mais.

Dilma reafirma seu compromisso com o ajuste fiscal e promete reformas. Aécio (PSDB) critica o governo e diz que precisa cortar mais. Já Temer vai se reunir com empresários pra falar de seu projeto que representa mais ataques. Todos e cada um deles procuram se mostrar o mais capaz para assegurar governabilidade ao empresariado, os que terão melhores condições de atacar fortemente a classe trabalhadora para garantir o lucro deles.

Os banqueiros e os empresários, que até então estiveram em maioria ao lado de Dilma, com a crise estão divididos. Assistem ao desenrolar do processo e analisam os pretendentes. Uma parte ainda acha que Dilma é menos pior. Outra acha que Aécio é mais interessante. Outros, ainda, dão uma piscada para Temer. Mas todos têm certeza de uma coisa: quem quer que seja o escolhido, vai continuar aplicando o ajuste fiscal, tirando recursos da saúde e da educação para dar aos banqueiros e privilegiar os empresários. Só há um porém: esse noivado, na vontade da burguesia, precisaria ser rápido. Ela não quer ficar à mercê dessa crise política. Quer que o ajuste fiscal prossiga logo.

TODOS JUNTOS

O que cada um quer?

Fora todos! *Impeachment* ou impugnação pelo TSE significam trocar seis por meia dúzia, manter esses mesmos aí, que não representam a classe trabalhadora.

Dilma Rousseff

Quer acabar logo com o processo de *impeachment*, se livrar da cassação e fazer avançar o ajuste fiscal no Congresso. Para isso, conta com aliados como Sérgio Cabral, Eduardo Paes e Pezão, todos do PMDB do Rio, até ontem aliados de Cunha, além de vários banqueiros e muitos empresários.

Michel Temer

Em caso de *impeachment*, Temer assume. Ele, que cometeu as mesmas pedaladas da Dilma, quer se mostrar como alternativa para o empresariado para ser presidente. E, para agradar banqueiros e empresários, defende medidas como os cortes na saúde e na educação, além da ampliação da idade mínima para aposentadoria, o fim da indexação do salário mínimo para benefícios sociais e o aumento do ajuste fiscal. Tem apoio, neste momento, do PSDB, especialmente de José Serra.

Eduardo Cunha

Quer salvar seu mandato e, por incrível que pareça, é o terceiro na linha de sucessão da Presidência. Também está comprometido com o ajuste fiscal, com os bancos, com as empresas e com incontáveis propostas reacionárias e conservadoras.

Aécio Neves

Defende o mesmo programa de Dilma. Quer governar o país agora ou em 2018. Pode chegar a Presidência se o TSE impugnar a chapa Dilma e Temer devido às contas eleitorais ou apoiar o *impeachment* e tentar tirar o PT do páreo em 2108.

ACORDÃO

Todos eles querem fazer os trabalhadores pagarem o pato

A crise econômica, se aprofunda cada vez mais e já começa a ganhar uma cara de depressão. No início de dezembro, o IBGE divulgou os últimos números: queda do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no período) de 4,5% em comparação ao mesmo período do ano passado. Só em 2015, a queda será de 3,7%. A economia derrete, mas são os trabalhadores que amargam seus efeitos. A taxa de desemprego encosta nos 9% e vai fechar o ano, provavelmente, com 10%. É o resultado da eiminação de, pelo menos, 1,5 milhão de empregos no país. Ao mesmo tempo, avança a inflação, sobretudo para os mais pobres. O aumento nos preços acumula alta de 10,45% só em 2015.

A recessão, os ataques do governo, as denúncias de corrupção e o show de cinismo e hipocrisia do Congresso Nacional formam um cenário em que basta uma faísca para fazer explodir a paciência das ruas. É por isso que, ao mesmo tempo, eles temem uma explosão social.

CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES

Nem ir às ruas pelo "Fica Dilma", nem para apoiar Temer, Cunha e Aécio

Os trabalhadores e a juventude não estão assistindo a essa situação passivamente. O ano de 2015 foi marcado por fortes greves, como a dos petroleiros, que protagonizaram a mais forte paralisação desde 1995. Os estudantes secundaristas de São Paulo, com as ocupações e manifestações que enfrentaram a polícia, deram um grande exemplo de luta.

É necessário unificar as lutas e construir uma greve geral para defender os direitos dos trabalhadores e fazer com que os ricos paguem pela crise.

Dilma, Temer e Aécio representam os mesmos interesses: os interesses dos ricos. Parecem estar em lados opostos, mas defendem a mesma política: ataques aos trabalhadores.

Com o início da tramitação do processo de *impeachment*, partidos como PSDB, DEM e grupos ligados a eles voltam a convocar protestos pelo *impeachment*. Eles querem tirar Dilma para colocar Temer ou Aécio no lugar, sendo que muitos, inclusive, defendem Cunha.

Para o dia 16 de dezembro, CUT, MST, MTST e partidos como PT e PCdoB convocam atos para defender o governo Dilma ao lado de Sarney, Renan Calheiros, Pezão e Cabral (PMDB), Collor de Melo e companhia.

Precisamos construir uma alternativa dos trabalhadores contra esses dois campos da burguesia. Uma alternativa que nasça da unificação das lutas que ocorrem agora e que enfrente tanto o governo do PT quanto os governos estaduais do PSDB e a falsa alternativa representada pelo PMDB.

POVO QUE ELEGEU TAMBÉM TIRA

Eleições gerais já!

Só através da mobilização e organização dos trabalhadores podemos mudar de verdade o Brasil, pois mesmo as eleições são controladas pelo poder econômico.

Mas, enquanto construímos na luta e nas ruas uma alternativa dos debaixo, exigimos eleições gerais já! Quer dizer: nada de tirar Dilma para que governe Temer, Cunha ou Aécio ou para que esse Congresso de picaretas que aí está decida nos atacar ainda mais. Defendemos que se convoque eleições gerais já para Presidente, deputados, governadores.

Que democracia é essa? Os governantes e a grande maioria de deputados se elegem financiados por bancos, empreiteiras, mineradoras, mentem para a população durante a campanha e, uma vez eleitos, fazem o contrário do que defenderam. Não representam a vontade do povo.

Defendemos, portanto, revogabilidade dos mandatos. Se o povo elegeu, precisa ter o direito de tirar quando deixam de representar sua vontade.

PROGRAMA

Por um governo dos trabalhadores formado por conselhos populares

Precisamos de um governo dos trabalhadores, sem patrões ou corruptos. Um governo formado por conselhos populares, em que os trabalhadores e a população decidam democraticamente os rumos do país.

Só um governo dos trabalhadores, apoiado na luta da classe trabalhadora, na sua organização nos locais de trabalho, de estudo, nos bairros populares, pode fazer com que os ricos paguem pela crise.

CONTRA O GOVERNO DILMA E A OPOSIÇÃO BURGUESA

As manobras para apoiar o governo e desviar as lutas

Passeata com CUT, UNE, MST e outras organizações contra o suposto golpe

BERNARDO CERDEIRA, DE SÃO PAULO (SP)

A abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), naturalmente desencadeou uma campanha dos partidos e movimentos sociais que apoiam o governo. Eles começaram a se organizar para barrar o possível impedimento da presidente.

Os eixos políticos desta defesa já foram definidos. Num ato com a presença de Lula, centrais sindicais e movimentos sociais como CUT, UNE, MST, UBES, CMP, Nova Central, UGT, parte da Força Sindical e Conam, assim como dos partidos políticos governistas PT, PCdoB, PDT, PCO e PSB lançaram a frente "Em defesa da democracia contra o golpe".

Ao mesmo tempo, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), o presidente do PDT, Carlos Lupi, e o ex-ministro Ciro Gomes lançaram a frente "Golpe Nunca Mais", tentando ligar o *impeachment* ao golpe militar de 1964 e à ameaça de uma repetição dos 20 anos da ditadura.

Lançamento da frente "Golpe Nunca Mais", com o presidente do PDT, Carlos Lupi, ex-ministro Ciro Gomes e Flávio Dino (PCdoB), da esqueda para a direta

Outros partidos, como PSOL e Rede, também se pronunciaram contra o *impeachment*, ainda que o PSOL tenha dito em nota que *"não participará de manifestações que tenham como finalidade defesa do governo ou de defesa do* impeachment".

ONDE ESTÃO OS GOLPISTAS?

A quem serve o fantasma do golpe?

Estamos, de fato, diante de uma ameaça de golpe ou de uma situação comparável à que existia antes do golpe de 64?

Nada mais falso. Até agora, ao contrário de 64, a maioria dos setores empresariais (bancos, empreiteiras e agronegócio) apoiaram o governo de Dilma que, a exemplo de Lula, os favoreceu com juros altos e benefícios fiscais que, só em 2015, alcançaram R$ 408 bilhões.

Mesmo diante do processo de *impeachment*, a maioria dos setores empresariais se pronunciou com extrema cautela a favor de uma resolução rápida do processo para que o país recupere a estabilidade necessária para superar a crise econômica. Por outro lado, nem o governo Dilma, nem o PT têm denunciado qualquer tipo de articulação dos quartéis a favor de um golpe militar.

O *impeachment* não é fruto de uma conspiração para um golpe, mas do fato de que os governos do PT, que serviram tão fielmente à burguesia durante 12 anos, já não conseguem conter a insatisfação popular diante da crise econômica e da sua própria política de ataque aos trabalhadores. Nesse contexto, a divisão burguesa se aprofundou, e um setor do PMDB e da base aliada do governo, passou para o lado da oposição e aderiu à tese do *impeachment*.

> A agitação do fantasma do golpe de 64 é uma tentativa do PT de conseguir simpatia da população que repudia a ditadura militar e a ação da direita reacionária

A agitação do fantasma do golpe de 64 é uma tentativa do PT de conseguir simpatia de uma parcela importante da população que repudia a ditadura militar e a ação da direita reacionária.

CONVERSA FIADA

Defender o governo é defender a democracia?

Outro argumento da frente contra o *impeachment* é que o governo foi eleito democraticamente para um mandato de quatro anos e tem o direito de terminar este período. Esta seria a forma de respeitar a Constituição Federal.

Este é o argumento clássico da democracia burguesa: os eleitores devem votar em quem terá o direito de explorar o povo durante os próximos anos e, depois, têm de aguentá-los até o fim do seu mandato.

Nós, socialistas, defendemos as liberdades democráticas contra as tentativas de retrocesso, tais como os golpes militares e os movimentos fascistas. Mas não reconhecemos nem defendemos esta falsa democracia dos ricos quando os governos pretendem usar suas instituições para atacar os trabalhadores e o povo pobre. Por isso, defendemos que os mandatos devem ser revogáveis pelo povo a qualquer momento.

O VERDADEIRO GOLPE

Durante a campanha eleitoral, Dilma prometeu que não tocaria nos direitos sociais e trabalhistas *"nem que a vaca tussa"*, mas a primeira coisa que fez assim que assumiu o mandato foi retirar ou restringir direitos como seguro-desemprego, PIS, pensões e outros direitos dos trabalhadores. E continuou com o ajuste fiscal, que atinge essencialmente os orçamentos sociais: foram cortados R$ 9 bilhões da Educação e outros tantos da Saúde, enquanto foram mantidos os benefícios aos bancos e às empresas.

O pior é que, diante da ameaça de *impeachment*, o governo está planejando atacar ainda mais os trabalhadores para tentar conseguir a simpatia dos setores empresariais, das grandes empresas imperialistas e dos políticos.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, foi muito claro. Para acalmar os empresários e políticos, ele defendeu que Dilma anunciasse reformas (deveria dizer ataques aos direitos) tais como a instituição de uma idade mínima para aposentadoria (fala-se em 65 anos) e revisitar o setor de óleo e gás (leia-se mais abertura para o capital imperialista).

Portanto, defender a democracia não significa defender um governo que mentiu durante toda a campanha eleitoral e que continua mentindo para proteger os interesses dos grandes bancos, das multinacionais, das empreiteiras e do agronegócio. Muito menos significa defender um governo que ataca permanentemente os trabalhadores e os setores oprimidos da sociedade.

Ao contrário, os trabalhadores e a juventude do país, que estão lutando dia a dia contra as medidas do ajuste fiscal, em defesa dos seus direitos, contra o desemprego e os baixos salários, sabem que precisam se livrar desse governo e têm o direito democrático de derrubá-lo.

Isso não significa apoiar este *impeachment*. O processo de impedimento é um conchavo numa Câmara de Deputados que é um verdadeiro antro de corruptos, bandidos e exploradores. Chefiados pelo maior deles, Eduardo Cunha. O *impeachment* orquestrado por esta quadrilha colocaria o vice-presidente Michel Temer na presidência, o que seria trocar seis por meia dúzia.

Portanto, os trabalhadores devem lutar, se mobilizando nas ruas, para colocar todos (Dilma, Temer, Cunha, Aécio e outros) para fora. Se não tiverem forças para construir neste movimento uma alternativa de governo dos trabalhadores, devem exigir, no mínimo, a realização de eleições gerais que permitam que o povo escolha democraticamente todos os cargos executivos e legislativos do país.

FRENTE PRA QUÊ?

Uma frente contra o Ajuste?

Algumas organizações, como o PSOL, acreditam que outro tipo de frente que não está de acordo com o ajuste fiscal seria progressivo no contexto atual e que seria a melhor forma de fazer avançar o movimento dos trabalhadores e o povo. No seu 5º Congresso, o PSOL explicou sua posição numa nota:

"A construção da Frente Povo Sem Medo abre a possibilidade de unir o PSOL com diversas entidades e movimentos populares numa linha de mobilização de massas centrada no rechaço do ajuste do governo federal e na rejeição da pauta política da direita reacionária. Cria, portanto, melhores condições para a visibilização de uma saída à esquerda da crise, melhorando as condições de luta para os trabalhadores e o povo."

O problema é que o ajuste fiscal não anda sozinho. Existe um agente público do Estado que o aplica, e este agente tem nome: é o governo Dilma. Quem não luta contra o agente direto do ajuste, isto é contra o governo, trava uma luta de aparências, que não se propõe a derrotar o verdadeiro inimigo que sustenta o ajuste.

Na verdade, o problema da Frente Povo sem Medo é mais complicado do que descreve a nota do PSOL. Grande parte dos seus componentes, como a CUT e a UNE são organizações que apóiam abertamente o governo, fazem parte da Frente Brasil Popular, também de apoio ao governo e agora estão na frente "Contra o golpe, em defesa da democracia" contra o impeachment.

A própria postura do dirigente mais destacado da Frente Povo sem Medo, Guilherme Boulos do MTST, indica suas relações com o governo. Na reunião de Dilma com os movimentos sociais no Palácio do Planalto alguns meses atrás, Boulos criticou o ajuste fiscal e a política de Joaquim Levy, mas foi claro em sua posição contra o suposto golpe e em defesa do mandato de Dilma. Para não deixar dúvidas, fez uma declaração semelhante gravando um vídeo com o mesmo conteúdo, saudando o aniversário de Lula.

Integrante do MTST empunha bandeira da Frente Povo sem Medo, frente que protege o governo para que o mesmo continue seus ataques

CORTINA DE FUMAÇA

Os limites dessas frentes freiam o movimento de massa

A ideia de formar estas frentes foi uma política hábil de Lula e da direção do PT para tentar acionar um movimento de defesa do governo ao mesmo tempo em que procura encobrir o desprestígio do PT sob a cobertura de outras organizações.

A relação entre as frentes funciona como uma engrenagem de rodas dentadas onde um motor, no caso o governo, por meio de diferentes rodas (as frentes), vai transmitindo sua orientação e seus movimentos às demais.

Nesse sentido, ainda que se oponha ao ajuste fiscal, a Frente Povo sem Medo é uma organização que, por sua omissão quanto ao governo Dilma e pela participação dos componentes a favor do governo, não deixa de ser o pé esquerdo do arco de organizações que apóia Dilma nessas frentes.

É preciso, sim, uma frente das organizações dos trabalhadores e dos setores populares. Mas estas frentes sequer combatem o ajuste fiscal e os ataques aos direitos dos trabalhadores. O PSTU defende que qualquer frente de trabalhadores tem que se basear na independência da classe trabalhadora e da juventude, ou seja, na luta contra o governo e contra a direita.

Uma frente deste tipo não pode aceitar as pressões de um suposto mal menor, representado pelo suposto campo progressista, diante do mal maior, identificado como o campo reacionário da oposição golpista. Na verdade, os dois campos defendem uma política burguesa neoliberal e diferem apenas sobre quem deve aplicá-la. Os trabalhadores têm seus próprios interesses, opostos a ambos. É necessária uma Frente dos Trabalhadores e do Povo que represente estes interesses de classe.

RETROSPECTIVA

2015

Diante do aprofundamento da crise política e econômica, trabalhadores e juventude vão à luta

O ano de 2015 não vai terminar em dezembro. O ano que começou com ataques históricos do governo do PT à classe trabalhadora viu o aprofundamento do desgaste do governo e da ruptura de parcelas expressivas da população e dos trabalhadores com esse partido. Grandes manifestações encabeçadas pela classe média precipitaram uma crise política que, aliada à crise econômica, desembocou na tramitação do processo de *impeachment* da presidente.

Do lado de cá, a classe trabalhadora deu mostras de que segue viva e lutando. As greves de metalúrgicos contra as demissões, dos operários do Comperj e a grande greve dos petroleiros passaram, muitas vezes, por cima das direções governistas e mostraram a disposição de luta da classe. O ano termina com uma grande vitória dos secundaristas em São Paulo contra o governo Alckmin (PSDB).

Mas 2015 também mostrou o avanço da barbárie capitalista, com o crime socioambiental da Samarco, em Mariana (MG), e a crise dos refugiados na Europa.

JANEIRO

O ano já começa quente. O governo Dilma, logo após as eleições anunciou o novo ministro da Fazenda, o ex-diretor do Bradesco, Joaquim Levy, implementa um novo pacote de ataques aos trabalhadores, com a restrição ao seguro-desemprego, ao abono salarial (PIS), à pensão por morte e ao auxílio-doença. Anuncia, ainda, um corte bilionário no orçamento, de R$ 65 bi, incluindo R$ 7 bi na educação. Essas medidas seriam responsáveis pelo aprofundamento do desgaste de Dilma, principalmente entre os mais pobres.

No ABC paulista, os operários da Volkswagen realizam uma vitoriosa greve de 11 dias e revertem a demissão de 800 operários. No Rio, operários do Comperj vão à luta contra as demissões em massa e a falta de pagamentos de salários e direitos.

Na Grécia, o Syriza vence as eleições com um discurso contra a Troika e os planos de austeridade, mas Tsipras, primeiro-ministro eleito, forma um governo com um setor da direita, o partido Gregos Independentes.

FEVEREIRO

Trabalhadores da GM de São José dos Campos (SP) cruzam os braços contra a demissão de 798 trabalhadores. Após seis dias de greve, a montadora recua das demissões.

Operários do Comperj, demitidos e com meses de salários atrasados, radicalizam a luta contra as demissões. Em manifestação histórica, no dia 10, fecham a ponte Rio-Niterói.

Em Brasília, o deputado do PMDB Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara, ponto alto da carreira iniciada nos braços de PC Farias no final dos anos 1980.

No Paraná, os servidores estaduais dão um grande exemplo de luta, enfrentam a repressão do governo Beto Richa (PSDB) e derrubam pacotaço contra o funcionalismo.

MARÇO

No dia 15 de março, manifestações multitudinárias, reunindo majoritariamente setores da classe média, vão às ruas contra o governo Dilma. A maioria (56% segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT) se manifestava contra a corrupção.

ABRIL

No dia 15, várias manifestações ocorrem no país contra o PL das Terceirizações e as MPs de Dilma. É o Dia Nacional de Luta, convocado por CSP-Conlutas, CUT, CTB e outras centrais.

Com Eduardo Cunha à frente da Câmara, projeto da redução da maioridade penal começa a tramitar. No mesmo período, o menino Eduardo de Jesus Ferreira, 10 anos, foi morto com um tiro de fuzil disparado pela PM no Complexo do Alemão, no Rio.

Professores no Paraná enfrentam dura repressão do governo Beto Richa (PSDB), que retomou o ataque contra a Previdência do funcionalismo. No dia 29, a PM ataca os servidores com selvageria, causando indignação em todo o país.

MAIO

Novo dia nacional de lutas e paralisações, chamado por CSP-Conlutas, CUT, UGT e Intersindical, toma conta do país no dia 29. Maior que o dia 15 de abril, a disposição de luta dos trabalhadores mostra o desgaste do governo contra os ataques à classe.

Em Brasília, o governo define o corte recorde no orçamento, aumentando para R$ 70 bilhões, incluindo R$ 11,2 bi da saúde e quase R$ 10 bi na educação. Minha Casa Minha Vida foi o programa que mais perdeu: mais de R$ 6 bi.

O funcionalismo público inicia uma grande greve que duraria mais de três meses.

JUNHO

O 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas reafirma uma alternativa de luta para a classe trabalhadora e aprova chamado à greve geral. O congresso reuniu 1.702 delegados e 373 entidades, expressando as lutas mais importantes que ocorriam no momento, como a mobilização operária no Comperj e dos metalúrgicos contra as demissões.

No mesmo período, ocorria o 3º Congresso da ANEL, que marcou o crescimento da entidade e aprovou a campanha contra a redução da maioridade penal.

JULHO

Na Grécia, o governo do Syriza aceita novo plano de austeridade mesmo após plebiscito popular dizer não ao memorando. Tsipras consolida, assim, uma grande traição ao povo grego.

O governo Dilma assina a Medida Provisória 680 que impõe o chamado Programa de Proteção ao Emprego (PPE) que reduz salários para manter os lucros dos empresários.

AGOSTO

Novas manifestações contra o governo tomam as ruas no dia 16. Agora, convocadas de forma mais explícita pelo PSDB, Cunha e demais setores da direita. CUT e demais setores governistas convocam manifestações no dia 20 para apoiar Dilma.

A GM de São José dos Campos anuncia demissões em massa nas vésperas do Dia dos Pais. Após 12 dias de greve, os operários conseguem anular as 800 demissões.

Zé Dirceu é preso novamente, agora durante a investigação da Operação Lava Jato.

Em Osasco e Barueri, 13 pessoas são assassinadas em chacina praticada por policiais militares.

SETEMBRO

No dia 18, mais de 15 mil marcham na Avenida Paulista contra o governo e a falsa alternativa de Temer, Cunha e Aécio. Com forte presença operária, a Marcha Nacional dos Trabalhadores, convocada pelo Espaço Unidade de Ação e uma série de entidades dos movimentos sociais e populares, mostrou que existe um espaço para a construção de uma alternativa de classe ao governo e aos demais blocos da burguesia.

FOTO: ROMERITO PONTES

No dia 19, mais de 1.200 ativistas participam do Encontro Nacional de Lutadores e Lutadoras, em São Paulo, para reafirmar a construção desse campo classista. O encontro aprova um chamado ao PSOL e ao MTST para fortalecer essa alternativa.

No dia 23, o PSTU e a LIT perdem uma grande e histórica camarada. Cecília Toledo, a Cilinha, jornalista, diretora e dramaturga, falece após uma incansável luta contra o câncer.

Na Europa, explode a crise dos refugiados. A foto do menino sírio afogado na praia de Bodrum, na Turquia, se transforma em símbolo dessa tragédia humanitária.

OUTUBRO

O mês começa com Dilma promovendo uma reforma ministerial, entregando ministérios para comprar apoio político no Congresso pra seguir aplicando o ajuste fiscal. Um dos ministérios é o da Saúde, entregue a um aliado de Cunha. Mas, ao invés de restabelecer sua base aliada, a crise política só se aprofunda.

São reveladas as contas secretas de Eduardo Cunha na Suíça, com farta documentação comprovando as maracutaias do presidente da Câmara.

Em São Paulo, estudantes e professores começam manifestações contra o projeto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) que previa o fechamento de 93 escolas.

NOVEMBRO

No dia 5, o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco arrasa o subdistrito de Bento Rodrigues, mata ao menos 20 pessoas e polui o Rio Doce. Mais de 600 ficam desabrigados nesse que foi o maior crime socioambiental do país.

Manifestações reúnem milhares de mulheres em todo o país contra Cunha e seu projeto que dificulta o atendimento às vítimas de estupro.

No dia 13, a maior série de atentados terroristas da história da França mata 130 pessoas e deixa 200 feridos.

Petroleiros realizam uma das maiores greves da categoria contra o plano de desinvestimentos da estatal.

Estudantes secundaristas da rede pública de São Paulo começam onda de ocupações de escolas contra o projeto de reorganização de Alckmin.

DEZEMBRO

No dia 2, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, autoriza abertura do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma. Até então, vigorava um acordão entre PT e PSDB para sustentar o deputado no cargo em meio às denúncias de corrupção.

Em São Paulo, os estudantes secundaristas conquistam importante vitória com o anúncio da suspensão do projeto de reorganização de Alckmin. Secundaristas ocuparam cerca de 200 escolas em todo o estado e faziam manifestações diárias em vários pontos, todas duramente reprimidas pela PM.

FOTO: ROMERITO PONTES

PALESTINA

Todo apoio à Intifada palestina!

SORAYA MISLEH, DE SÃO PAULO (SP)

UMA SÉRIE DE ATIVIDADES EM TODO O MUNDO MARCA, ANUALMENTE, O 29 DE NOVEMBRO, DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO. ESTE ANO, O CHAMADO VEIO DA JUVENTUDE PALESTINA NA DIÁSPORA EM MEIO A UMA NOVA INTIFADA. A GERAÇÃO QUE CRESCEU NO EXÍLIO, IMPEDIDA DE RETORNAR À SUA TERRA, UNE-SE AOS HERÓIS NA ATUAL ONDA DE RESISTÊNCIA: JOVENS, EM SUA MAIORIA, COM 13 A 20 ANOS DE IDADE. SÃO OS FILHOS DE OSLO, JOVENS QUE SOFRERAM AS CONSEQUÊNCIAS DOS DESASTROSOS ACORDOS ASSINADOS EM 1993 (OS ACORDOS DE OSLO), ENTRE A ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP) E ISRAEL. ESTES ACORDOS FORAM VENDIDOS AO MUNDO COMO SOLUÇÃO DE PAZ, MAS ACENTUARAM A COLONIZAÇÃO, O APARTHEID E A OCUPAÇÃO SIONISTAS. TOTALMENTE DESCRENTE DAS LIDERANÇAS TRADICIONAIS, ESSA JUVENTUDE TEM COLOCADO SUA VIDA A SERVIÇO DA LIBERTAÇÃO DA PALESTINA.

AL KHALIL

Luta e resistência palestina

Desde o começo da terceira Intifada, em 1º de outubro, até agora, foram assassinados por Israel pelo menos 115 palestinos. Mais de 10 mil ficaram feridos. A repressão intensa, contudo, não tem feito a resistência esmorecer.

No sul de Jerusalém, em Al Khalil (nome árabe de Hebron), verifica-se com mais intensidade a entrada da classe trabalhadora, inclusive com greve geral. Não é à toa. Essa que é a maior cidade da Cisjordânia, com cerca de 170 mil habitantes, é também o principal centro operário.

A cidade de Al Khalil enfrenta uma situação singular. Os assentamentos israelenses ficam sob as casas e lojas dos palestinos, no entorno da Rua Shuhada, principal via do centro velho e área declarada sob controle militar israelense nos acordos de Oslo. Os colonos andam fortemente armados, agridem e ameaçam constantemente os palestinos e costumam arremessar de suas janelas lixos e objetos sobre as cabeças de seus indesejados vizinhos que só não os atingem porque uma ONG colocou uma imensa tela erguida como um teto na Rua Shuhada.

Ali, a ocupação mostra sua face por inteiro, sem máscaras. Não surpreende que a cidade tenha se tornado um dos centros nessa Intifada.

Visitei Al Khalil em outubro de 2010, ao lado de Dirceu Travesso, na época dirigente da CSP-Conlutas. Suas impressões sobre essa viagem foram publicadas no artigo *"Em Hebron, cenas da ocupação e da resistência"*. Nele, Dirceu escreveu: *"A solidariedade internacional é parte decisiva da luta pela Palestina para os palestinos. Para alguns, parecem pequenos gestos de impotência. Para quem sabe o que quer, é a preparação de novas intifadas."* Tais palavras nunca foram tão atuais.

LEIA MAIS
"Em Hebron, cenas da ocupação e da resistência"
http://goo.gl/hQhceK

SOLIDARIEDADE

PSTU apoia resistência palestina

Somando-se à solidariedade internacional, no Brasil, o PSTU atendeu à convocatória feita pela juventude. No dia 29, a Frente em Defesa do Povo Palestino convocou manifestação em São Paulo, que teve a presença de Zé Maria, presidente Nacional do PSTU. Em Campo Grande, o partido organizou um ato público e o lançamento do livro *A revolta de 1936-1939 na Palestina*, do revolucionário marxista Ghassan Kanafani, publicação inédita em português da Editora Sundermann. A obra também foi lançada em Fortaleza, em evento organizado pelo comitê de solidariedade local.

Ao analisar as causas que levaram a essa revolta (na verdade, uma revolução poderosa que representou o momento em que se chegou mais perto da libertação da Palestina) e o papel desempenhado por cada classe, bem como as razões e as consequências de sua derrota, Kanafani identifica os inimigos da causa palestina, os quais se mantêm na atualidade: a burguesia árabe-palestina, os regimes árabes, o sionismo e o imperialismo.

Assassinado pelo serviço secreto israelense em 1972, aos 36 anos, em Beirute, no Líbano, Kanafani é amplamente reconhecido no mundo árabe, exemplo de que não é possível calar as vozes dos palestinos. Como dizia o intelectual palestino Edward Said, quando um de nós é eliminado, dez outros surgem em seu lugar. A nova Intifada é prova disso.

SAIBA MAIS

INTIFADA

Palavra árabe que significa "levante popular". A primeira Intifada ocorreu em 1987-1993, e a segunda, em 2000-2004. No entanto, muitos apontam que a primeira Intifada foi a revolução de 1936 a 1939. Na época, os palestinos se levantaram contra o mandato britânico e seu apoio à colonização sionista.

SIONISMO

É uma ideologia política racista que parte do princípio de Theodor Herzl (1860-1904), sintetizada na frase *"uma terra sem povo para um povo sem terra"*, para justificar a expulsão dos palestinos de suas terras. Não tem nada tem a ver com a religião judaica.

O "NÃO" DA ROSA

A coragem em dizer não

Há 60 anos, ela disse não à segregação social e ajudou a mudar a história. Rosa Parks entrou para a história ao se recusar a ceder seu lugar no ônibus para um homem branco no dia 1° de dezembro de 1955. Pelas leis da época no Alabama, os primeiros dez lugares dos ônibus eram exclusivos para os brancos. Os negros só podiam se sentar no fundo. Mesmo assim, se estivesse lotado, deveriam ceder o lugar aos brancos. Ela foi presa e multada. Mas a desafiadora coragem de uma costureira negra deu início ao movimento pelos direitos civis de negros e negras norte-americanos.

Rosa Parks e, ao fundo, Martin Luther King

O "não" da Rosa, ativista do movimento negro, desencadeou uma forte mobilização contra o racismo e a segregação no país. Um boicote aos ônibus foi organizado pelo movimento negro. Depois de quase levar as empresas de transporte à falência (já que cerca de dois terços dos lucros vinham dos bolsos dos negros), o boicote virou tema de uma resolução da Suprema Corte dos EUA que, no dia 13 de novembro de 1956, determinou que a segregação era inconstitucional.

Foi uma luta marcada por importantes vitórias, como a aprovação das Declarações de Direitos Civis de 1964 e 1968, que proibiram (formalmente, ao menos) a discriminação no sistema eleitoral, nas escolas e demais locais públicos.

Rosa Parks foi chamada por Martin Luther King de "mãe dos direitos civis" nos EUA. Homenagear Rosa é resgatar um importante capítulo de uma longa história de luta que segue, até hoje, contra os absurdos do racismo mundo afora, a exemplo da luta contra o racismo que mata os filhos e filhas das mães negras da periferia no nosso país.

RINDO DO POVO

Código da Mineração foi produzido por advogados das mineradoras

A proposta de Código da Mineração, defendida pelo governo Dilma e por uma série de deputados, muitos que tiveram suas campanhas financiadas pela indústria extrativista de ferro, foi criada e alterada em computadores do escritório de advocacia Pinheiro Neto, que tem como clientes mineradoras como Vale e BHP.

Editor de texto estava licenciado em nome do escrtiório de advocacia Pinheiro Neto, que presta serviço às mineradoras

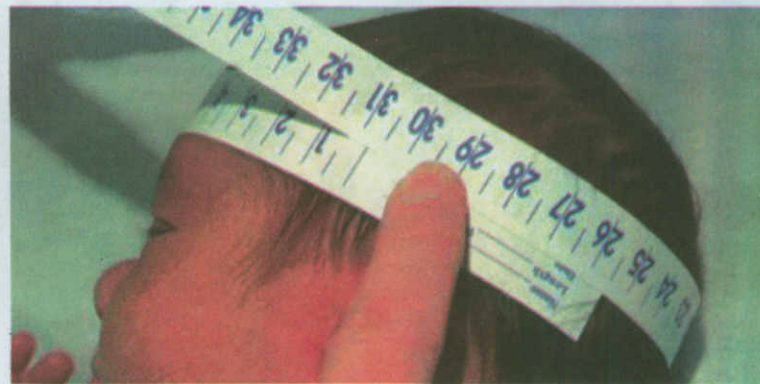
Sim, é isso mesmo. A promiscuidade entre os políticos e estas multinacionais que destruíram uma região inteira com sua lama tóxica, soterrando vidas e destruindo o meio ambiente, chegou a este nível de escárnio.

Dados criptografados do arquivo revelam que o conteúdo foi criado num laptop do escritório Pinheiro Neto e modificado, em pelo menos cem trechos, por um de seus sócios, o advogado Carlos Vilhena. E eles não negaram. O escritório alegou que o advogado estava fora do horário de trabalho. O advogado, por sua vez, diz que fez trabalho voluntário. Vilhena se definiu como *"militante na área mineral há mais de 25 anos"* e disse que *"não recebeu honorários por este trabalho"*.

O projeto corre em regime de urgência e poderá ser votado ainda em dezembro. Prevê leilões do subsolo brasileiro, não impõe limites para o tamanho de exploração das áreas e estabelece o prazo de 40 anos para extração renováveis por mais 20 anos. Além disso, submete a demarcação de unidades de conservação ambientais, territórios indígenas e quilombolas à aprovação prévia da Agência de Mineração, que também será responsável pelos leilões do subsolo.

Entendeu a coincidência? Quem ganha são os clientes. Ou, em outras palavras, as multinacionais.

ZIKA VÍRUS

Microcefalia e o descaso com a saúde do povo

O Brasil, que costumava notificar 150 casos de microcefalia por ano, passou a registrar, até o dia 21 de novembro de 2015, o alarmante número de mais de 700 novos casos, especialmente na região Nordeste.

Microcefalia é um déficit do crescimento cerebral e pode levar à morte ou à convivência com graves limitações físicas e mentais.

Este surto está relacionado ao mosquito *Aedis aegypti*, transmissor da dengue e do zika vírus. O próprio Ministério da Saúde reconheceu a relação entre a contaminação pelo zika vírus e a epidemia de microcefalia. O vírus pode provocar má formação em fetos humanos ao contaminar mulheres grávidas, sobretudo no primeiro trimestre de gestação.

Mas a explicação para esta situação não está apenas na relação entre o zika vírus e a microcefalia. Essa situação só chegou onde chegou por causa dos sucessivos cortes nos investimentos em saúde pública e em saneamento, o sucateamento do SUS, a precarização das condições de trabalho dos servidores da saúde, a suspensão de concursos e o fechamento de órgãos como a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam). E o governo ainda ameaça extinguir a Funasa, órgão federal responsável pelo combate a endemias.

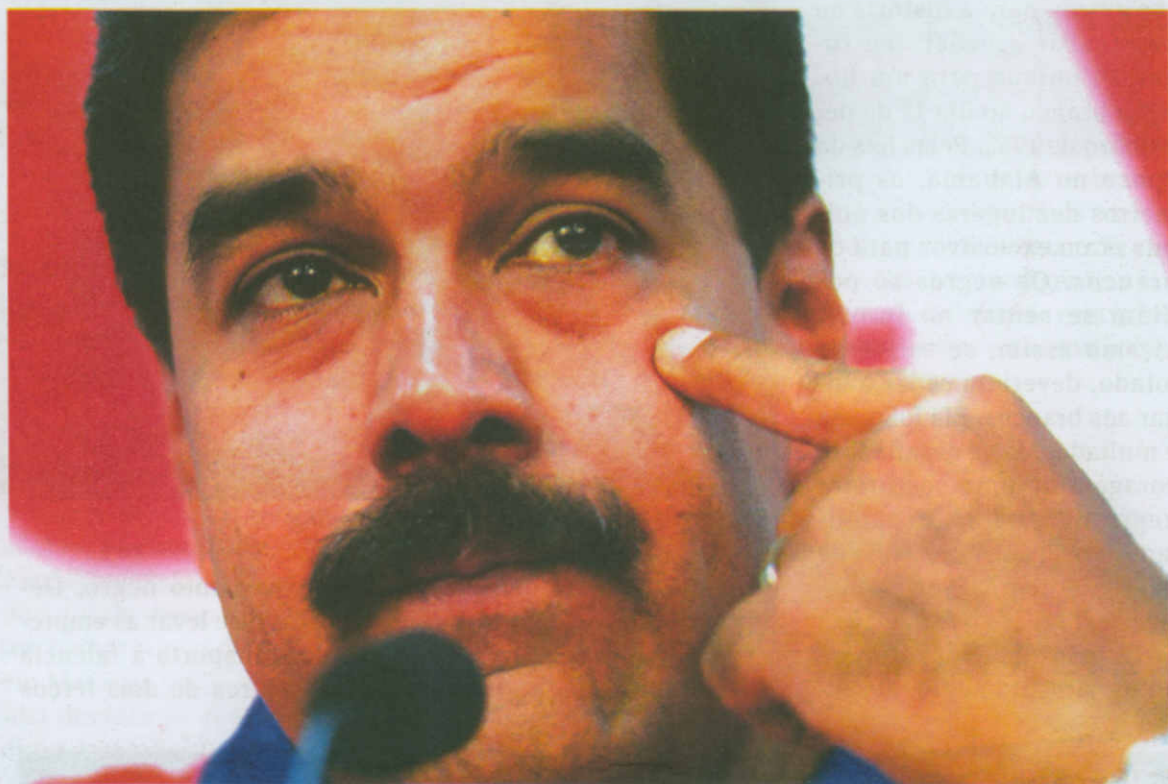
DERROTA DO CHAVISMO

Maduro é derrotado em eleição venezuelana

DA REDAÇÃO

O chavismo sofreu sua maior derrota nas eleições parlamentares do dia 6 de dezembro na Venezuela. A oposição de direita, organizada em torno da Mesa da Unidade Democrática (MUD), obteve 99 deputados federais e conquistou uma maioria de dois terços contra 46 do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), do presidente Nicolás Maduro, que agora terá de governar o país em minoria no Parlamento.

É lamentável que o voto castigo contra o chavismo tenha sido capitalizado pela direita. Contudo, o episódio mostra um fenômeno bastante contraditório. Por um lado, houve avanço da experiência do povo e dos trabalhadores com o chavismo, o que é progressivo. Por outro, a vitória esmagadora da direita demonstra que, infelizmente, os trabalhadores não conseguiram construir uma alternativa de esquerda ao chavismo.

O futuro do país dependerá, sobretudo, da capacidade dos trabalhadores de resistir, lutar e se organizar para derrotar o governo Maduro, que agora será obrigado a fazer uma composição parlamentar com a oposição de direita para garantir o chamado ajuste que vai atacar direitos dos trabalhadores e rebaixar ainda mais o nível de vida da classe.

CALDEIRÃO

Venezuela vive crise econômica e social

FOTO: Jorge Silva / Reuters

Fila em frente a um supermercado público em Caracas

A Venezuela está imersa numa terrível crise econômica, política e social. A situação de escassez, inflação, perseguição a ativistas, ataque aos direitos dos trabalhadores e miséria fortalecem as lutas e mobilizações.

Chega a faltar 80% dos produtos da cesta básica nos supermercados. Para comprar algum produto, o povo é obrigado a enfrentar filas de seis horas sob um sol escaldante, além de as quantidades serem limitadas.

A inflação real, que não é publicada pelo governo, está fora de controle. De acordo com várias agências privadas nacionais e internacionais, a Venezuela tem a maior inflação do mundo: quase 200% ao ano.

Foi neste cenário que aconteceram as eleições legislativas. O PSUV, partido governista, e sua aliança eleitoral Grande Polo Patriótico não conseguiram entusiasmar sua militância.

Os trabalhadores e os setores camponeses e populares abandonam o governismo e o PSUV, um partido que fala em "socialismo do século 21", mas ataca os trabalhadores em defesa dos interesses de empresários que enriqueceram com o chavismo.

A oposição burguesa, organizada fundamentalmente em torno da Mesa de Unidade Democrática (MUD), não tem nada a oferecer aos trabalhadores, a não ser mais ajustes na economia contra eles e perda de direitos. Contudo, esses ajustes também foram planejados pelo próprio presidente Nicolás Maduro.

O governo já anunciou que no momento certo (ou seja, após a eleição) virá um aumento da gasolina. Em Nova Iorque, o ministro da Economia venezuelano prometeu aos bancos estrangeiros que vai desvalorizar ainda mais a moeda e pretende aumentar impostos e serviços.

A oposição não levantou nenhuma alternativa diferente. Pelo contrário, disse que os ajustes são inevitáveis, sem dar maiores detalhes.

Para além da campanha eleitoral, os membros do MUD e do governo vão acabar criando um acordo para aplicar uma série de medidas que só vai aprofundar o ajuste e fazer com que os trabalhadores paguem pela crise.

PARA CONSTRUIR O VERDADEIRO SOCIALISMO

Uma alternativa dos trabalhadores é possível

O desencanto de milhões de trabalhadores abre a possibilidade de lutar pela construção de uma verdadeira alternativa às opções patronais. Nesse sentido, a Unidade Socialista dos Trabalhadores (UST), filiada à LIT-QI, apresentou, nas eleições, um programa para enfrentar o pacote de medidas que o governo está preparando.

Esse programa é classista e pretende impulsionar a mobilização de massas como única forma de concretizar suas medidas. Ele parte da defesa da melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias. Reivindica aumento imediato de salários, compatível com o custo de vida, controle de preços pelos próprios trabalhadores e suas organizações, e defende os postos de trabalho e a estabilidade no emprego.

A UST defende a suspensão do pagamento da dívida externa e a nacionalização de 100% do petróleo venezuelano. O dinheiro hoje destinado ao pagamento da dívida externa deveria promover a produção industrial nacional e a produção agrícola.

Este programa, ou qualquer outro que possamos debater, só poderá ser levado adiante se nos mobilizarmos de forma independente dos patrões, travando uma luta por um governo dos trabalhadores, dos camponeses e dos setores populares, apoiado em suas organizações de luta e democráticas, rumo à construção de um verdadeiro socialismo. Um socialismo operário e popular, e não a ilusão de que o socialismo pode ser construído com patrões patriotas e exploradores.

GUARANI KAIOWÁS

TERRA, JUSTIÇA E DEMARCAÇÃO

UM POVO QUE LUTA CONTRA SEU EXTERMÍNIO

Ao percorrer as terras vermelhas do Mato Grosso do Sul, onde vive o povo Guarani Kaiowá, é impossível não se deixar levar por emoções intensas e, muitas vezes, contraditórias.

Revolta com o extermínio praticado por fazendeiros do agronegócio e seus pistoleiros contra os kaiowás. Um extermínio que tem a colaboração direta dos governos que impedem a identificação, a demarcação e homologação das terras indígenas no estado.

Em 2007, a Funai se comprometeu a identificar e demarcar 39 territórios indígenas. Mas nessa mesma época o agronegócio dá um salto no país, financiado, sobretudo, pelo dinheiro público. A emblemática declaração do então presidente Lula chamando os usineiros de "heróis" foi uma expressão da aliança dos governos do PT com o agronegócio. O resultado é que nenhum território kaiowá foi regularizado em todo o período dos governos do PT.

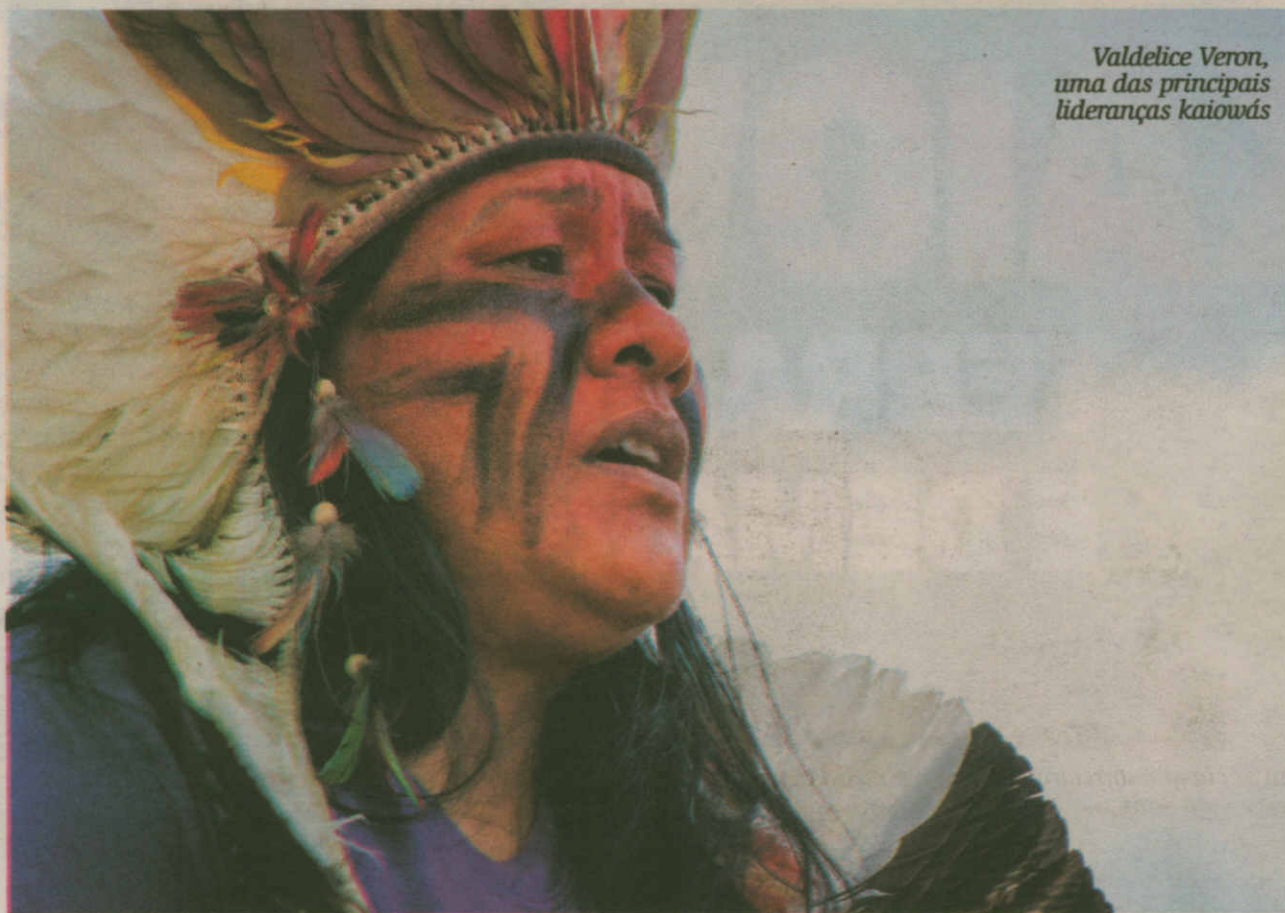
Comoção diante de um povo tenaz que não se abala com a extrema violência praticada contra eles por jagunços e fazendeiros. Um povo que encontra uma força quase sobrenatural para lutar e reaver seu "Tekoha", a terra sagrada dos Guaranis Kaiowás.

Felicidade em ter o privilégio de conhecer uma cultura milenar, compartilhar histórias de vida, conhecer seu modo de vida tradicional e de constatar que os kaiowás são um povo alegre, apesar de tudo.

Hoje os Kaiowás organizam as retomadas de suas terras tradicionais sob o lema "Terra, Justiça e Demarcação". Essa luta tem o apoio da CSP-Conlutas que, entre os dias 10 a 13 de dezembro, realiza a Caravana Tekoha – Lugar Sagrado em solidariedade ao povo kaiowá. A caravana percorre a região de Dourados (MS) e presta apoio aos indígenas em sua luta pela demarcação das terras e contra o latifúndio e o agronegócio.

FOTO: Romerito Pontes

KAIOWÁS

Cercados por jagunços e fazendeiros do agronegócio

Valdelice Veron, uma das principais lideranças kaiowás

TEXTO JEFERSON CHOMA / FOTOS ROMERITO PONTES

Percorrer as estradas do Mato Grosso do Sul ao lado das lideranças guarani kaiowás requer atenção e cuidados. Enquanto cruzamos uma paisagem marcada por enormes plantações de soja e de cana de açúcar, ficamos ligados na estrada, procurando caminhos diferentes e atalhos para chegar ao nosso destino. Essa é a maneira de evitar as tocaias de jagunços ou as barreiras de policiais do Departamento de Operações de Fronteira, o temido DOF que, segundo os indígenas, atua com os fazendeiros da região na odiosa repressão às lideranças kaiowás.

Esse é o cotidiano dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, marcado por assassinatos, estupros e violência promovidos por fazendeiros e pistoleiros.

"Nós somos um incômodo em nosso país. Nós, povo originário, nessa terra do Mato Grosso do Sul, somos um incômodo para o agronegócio", desabafa Valdelice Veron, uma das principais lideranças dos guaranis kaiowás. *"Nós vamos continuar* [lutando]. *Pra beira da estrada, nós, guaranis kaiowás, não vamos aceitar voltar"*, fala com determinação.

Roubo das terras kaiowás

Os kaiowás sempre viveram nas terras do sudoeste do Mato Grosso do Sul. Porém, desde que os colonizadores chegaram à região, seu território foi roubado. Roubaram inclusive seus nomes. A maioria dos sobrenomes dos kaiowás foi dado pelos donos de fazendas que invadiram suas terras.

Na década de 1940, os kaiowás foram confinados em pequenas reservas indígenas. A imensa maioria delas tem entre dois e dez quilômetros quadrados. Sequer esses pequenos territórios foram poupados da ganância dos latifundiários. O que era o Tekoha, a terra sagrada deste povo, agora é pasto, plantação de cana e de soja. Usinas de álcool foram construídas sobre ela com o apoio do Estado. É o caso da Usina Raízen, no município de Cáarapo, que exibe placas atestando o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

Hoje, aproximadamente 40 mil kaiowás vivem amontoados em condições de extrema pobreza nos poucos metros quadrados que sobraram dos seus territórios ou em acampamentos de lona preta, em beiras de estradas, enquanto organizam a resistência para reaver seu Tekoha. É o caso dos kaiowás liderados pelo cacique Martin. *"Nós não vamos esperar, porque o Tekoha é nosso. Nós vamos voltar"*, diz o cacique enquanto exibe um modesto mapa do território original do seu povo traçado com caneta bic.

Retomadas do Tekoha

Sem terra para plantar, a fome é implacável, especialmente para as crianças. Muitos kaiowás dependem de cestas básicas para garantir o mínimo necessário à sua sobrevivência.

Mas os kaiowás são um povo determinado. Não se intimidam com as balas dos pistoleiros. Organizam a resistência com as chamadas retomadas, a reocupação dos territórios originários roubados pelos fazendeiros.

Cacique Martin exibe um mapa feito à mão das terras de sua tribo

TEKOHA, A TERRA SAGRADA

Devolver à terra o papel que lhe cabe

"'Teko' é uma palavra que significa vida. 'Ha' seria o lugar. 'Tekoha' seria o lugar onde se reproduz uma sociedade, uma comunidade", explica o jovem guerreiro kaiowá Elson Gomes. O Tekoha é marcado pelo nascimento e pela morte dos ancestrais kaiowás. É onde é enterrado o cordão umbilical dos recém nascidos e onde são enterrados os mortos no cemitério sagrado. No caso do Tekoha Takuara, esse cemitério ancestral virou pista de pouso para o avião de fazendeiros.

A relação dos kaiowás com a terra é viva. Por isso, o sentido da retomada tem um significado cultural. Mais do que recuperar o espaço geográfico, o objetivo é devolver à terra o papel que lhe cabe.

MUITO MAIS QUE UM MASSACRE

Genocídio do povo Kaiowá

Genocídio. É única palavra que descreve o que está acontecendo com os guaranis kaiowás. Segundo o Conselho Missionário Indigenista (Cimi), nos últimos 12 anos, foram assassinados 390 kaiowás. É uma média de 30 assassinatos por ano. Os relatos dos kaiowás sobre as barbaridades cometidas pelos fazendeiros e pistoleiros são de arrepiar.

Ataques dos jagunços

Um dos ataques dos pistoleiros este ano foi contra a terra indígena Potrero Guasu. A aldeia foi demarcada em 2001, mas não foi homologada. A área total é de pouco mais de quatro mil quilômetros quadrados, mas três mil estavam com os fazendeiros. No dia 5 de agosto, o cacique Elpídio Pires liderou a retomada dessas terras. *"Aí começaram os ataques. No dia 19 de setembro, teve um ataque violentíssimo, inclusive nesse dia fui atingindo, os pistoleiros me balearam"*, relata Elpídio mostrando suas costas, por onde a bala saiu. Elpídio, que é guarani-ñandeva, povo irmão dos kaiowás, explica que os fazendeiros sequestraram uma mulher da aldeia e a torturaram para obrigá-la a dizer onde o cacique estava. *"Judiaram muito dela, cortaram todo o cabelo dela"*, conta.

Ouvimos inúmeros relatos dos indígenas que dizem ter medo até de procurar os hospitais da região após um atentado. O temor se justifica: os fazendeiros têm aliados por toda a parte. Ficar internado em algum hospital na região expõe as lideranças kaiowás a novos ataques de pistoleiros.

Porém, se Elpídio escapou, menos sorte teve Semião Vilharva. O líder kaiowá foi assassinado com um tiro no rosto quando buscava o filho de quatro anos próximo ao rio, em 29 de agosto, na aldeia Ñande Ru Marangatu, no município de Antônio João. Assim como em todos os outros assassinatos, ninguém foi punido.

Outra aldeia atacada foi a Guyra Kambi'y. O ataque ocorreu nos dias 3 e 4 de setembro. Entre cânticos milenares e rezas tradicionais do povo Kaiowá, jovens indígenas e as matriarcas contam como foi a ação. *"O pistoleiro veio junto com caminhonete à noite, lumiando assim só pra esgotar a arma* [disparar contra os índios]. *Ele veio mesmo pra matar mesmo nós. Não é mais coisa de brincadeira. É muito tenso"*, explica o jovem kaiowá Júlio Jorge.

Felizmente, esse ataque não provocou mortes, mas desde então o cacique Ezequiel Jorge vive escondido porque está na mira da escopeta. *"Até agora, meu pai não saiu pra trabalhar mais. Eu falei pra ele: 'pai você não sai daqui, fica aqui até nossa demarcação'"*, explica a jovem Daniela Jorge, filha de Ezequiel.

700 suicídios

Além dos assassinatos, outro fato que chama a atenção são os mais de 700 suicídios registrados entre os kaiowás. Sem sua terra original, sem poder plantar seu roçado e manter seu modo de vida, o suicídio se tornou uma via de fuga desesperada.

Em 2012, uma carta dos kaiowás comoveu o país e teve ampla repercussão. A carta falava em "morte coletiva" e foi interpretada como um anúncio de suicídio coletivo dos indígenas frente a uma ordem de despejo da terra onde viviam.

"Quando os nossos se suicidam, é porque não conseguem lidar com a humilhação e com a violência que sofremos que tiram a nossa dignidade; dizem que mulheres se suicidam por brigas com os maridos. É mentira. As mulheres se suicidam porque não suportam os estupros dos pistoleiros, a violência física. Isso fica marcado na nossa alma. Isso não é suicídio. É assassinato", acusa Valdelice Veron.

Envenenamento

Não é só com bala e pistola que os fazendeiros tentam liquidar os kaiowás. É também com envenenamento da água e da comida, com a pulverização de agrotóxicos lançado por aviões sobre as aldeias.

Na aldeia Takuara, a matriarca Julia Veron mostra como o pequeno roçado de mandioca foi destruído pelo agrotóxico. A matriarca mostra uma espiga de milho totalmente ressecada. *"Isso é por causa do veneno que eles jogam nas nossas plantações"*, explica. O veneno também é despejado sobre as aldeias e atinge velhos, mulheres e crianças.

A matriarca e seu filho, o cacique Ernesto Veron, nos levam até um pequeno riacho utilizado pelos indígenas para beber água. De repente, nos deparamos com um imenso lixão à beira do riacho. O lixo foi atirado por um fazendeiro e seus capangas justamente para impedir que os indígenas possam consumir aquela água. Ernesto diz que já denunciou o caso ao Ministério da Justiça, mas nada foi feito.

A fazenda pertence ao fazendeiro Jacinto Honório Silva Neto, acusado de ser um dos mandantes do assassinato do pai de Valdenice e Ernesto, o cacique Marcos Veron, morto a pauladas por jagunços em 13 de janeiro de 2013.

"Só vou parar de falar quando o fazendeiro me matar, quando o pistoleiro acabar comigo. Mas eu vou morrer tranquilo porque eu tô lutando. Eu não sou bandido. Sou apenas uma liderança, um cacique rezador", fala Ernesto, no meio do lixão, enquanto agita nas mãos sua lança e um chocalho (o *mbaraka*), evocando, com sua reza, os espíritos kaiowás. A cena é de gelar a espinha.

NA MIRA DA ESCOPETA

Quem aperta o gatilho?

Enquanto nos explicava como seu pai foi assassinado na aldeia Takuara, Valdelice Veron interrompe a conversa e olha para um carro que se aproxima. Seu olhar não esconde a tensão. Um olhar que também carrega tristeza, raiva e revolta. Em todos estes anos, 15 parentes de Valdelice foram assassinados. Seus nomes estão gravados em placas na beira de uma estrada que delimita a aldeia com uma enorme plantação de soja. De lá, é possível ver a casa do fazendeiro apontado como responsável por parte dessas mortes.

Segundo os kaiowás, fazendeiros e pistoleiros agem em conjunto com policiais do Departamento de Operações de Fronteiras (DOF) e da polícia civil. Contudo, eles não são os únicos a apertar o gatilho. A lista de responsáveis pelo genocídio vai do governo federal do PT, que se recusa a homologar terras já demarcadas pela Funai, passa pelo atual governador do MS, André Puccinelli (PMDB), até chegar aos antigos governadores do estado e à maioria dos prefeitos da região. Enquanto isso, a grande imprensa brasileira fecha os olhos para o genocídio Kaiowá.

"Muitas vezes, eu tenho que andar nessas estradas, muitas vezes tem emboscada. Eu queria deixar registrado que, se alguma coisa acontecer comigo, as pessoas que prometeram dar segurança não ficarão impunes. Se acontecer alguma coisa comigo, eu responsabilizo a presidente Dilma", fala a guerreira Valdelice. *"Se eu tombar, vou responsabilizar os governantes deste país, do Mato Grosso do Sul, eu vou responsabilizar o DOF"*, conclui.

Kaiowá mostra uma de suas muitas cicatrizes; na foto, ferimento causado por uma arma de fogo

SAQUE

Agronegócio rouba as terras dos kaiowás

O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro se deu sob a manutenção da velha concentração fundiária. Hoje, o capitalista da indústria e o proprietário de terras se fundiram numa figura só, o chamado agronegócio.

O agronegócio não se opõe ao velho latifúndio, mas o incorpora. Ao lado de zonas de alta produtividade agrícola, com notável índice tecnológico, convivem terras subexploradas, mantidas como reserva de valor para especulação.

Nos últimos anos, em particular nos governos Lula e Dilma, o setor ganhou força com generosos financiamentos com dinheiro público. Uma das maiores lideranças do setor, Kátia Abreu, é hoje ministra da Agricultura. Ela simboliza a aliança dos governos do PT com os senhores do agronegócio.

Ao contrário da propaganda oficial, o agronegócio não traz nenhum desenvolvimento soberano ao Brasil. Pelo contrário, é expressão de um processo de recolonização do país. Tem provocado uma relativa reprimarização da economia, baseada na produção e exportação das chamadas *commodities* (produtos agrícolas como soja e cana voltados à exportação) e não agrícolas (mineração). O setor é controlado por companhias nacionais ou estrangeiras, mas cada vez mais predominam a desnacionalização e a fusão entre empresas no setor.

O avanço do agronegócio é o que tem provocado o genocídio do povo Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Segundo dados do cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), dos 35 milhões de hectares que possui o estado, mais de 5 milhões são de terras públicas devolutas que teriam de ser destinadas à demarcação das terras indígenas reivindicadas, aos remanescentes de quilombo, aos pequenos posseiros, à reforma agrária e à preservação ambiental.

No entanto, essas terras foram griladas e roubadas pelos latifundiários. Na região onde vivem os Guaranis Kaiowás, as áreas cadastradas no Incra são maiores que as áreas dos municípios. Por exemplo, o município de Amambai, o maior da região sudoeste do estado, tem área de pouco mais de 420 mil hectares. No entanto, as terras cadastradas no Incra somam mais de 498 mil hectares, ou seja, 10% maior do que o tamanho total do município (veja ao lado). Esta situação é conhecida como beliche fundiário e é uma prática muito comum nas regiões consideradas paraísos do agronegócio.

Beliche Fundiário

Área dos municípios onde estão as aldeias e acampamentos de retomadas do povo Kaiowá Guarani são menores do que as terras cadastradas no INCRA

AMAMBAI 1
Área total: **420 mil ha**
Área declarada: **498 mil ha**

ARAL MOREIRA 2
Área total: **165 mil ha**
Área declarada: **181 mil ha**

CAARAPÓ 3
Área total: **209 mil ha**
Área declarada: **237 mil ha**

DOURADOS 4
Área total: **408 mil ha**
Área declarada: **476 mil ha**

RIO BRILHANTE 5
Área total: **399 mil ha**
Área declarada: **520 mil ha**

Fonte: O Nó da Questão Agrária em Mato Grosso do Sul, *artigo do geógrafo da USP Ariovaldo U. Oliveira*

SAIBA MAIS

O que é grilagem?

Muito comum no campo brasileiro, a grilagem é quando latifundiários e funcionários corruptos do Estado forjam títulos de propriedade de terras. A grilagem é acompanhada pela violência dos pistoleiros que expulsam antigos ocupantes da terra, como camponeses, posseiros e indígenas. Também serve para o latifundiário garantir empréstimos em bancos e obter créditos públicos usando a terra como garantia. O termo foi criado no passado, quando fraudadores trancavam títulos falsos de terras em gavetas junto com grilos. Isso dava ao documento um aspecto de envelhecimento.

NÃO À PEC 215!

Congresso de picaretas quer acabar com direitos indígenas

No dia em que a reportagem acompanhava a Aty Guasu, a grande assembleia das lideranças Guarani-Kaiowá-Ñandeva, a Comissão Especial do Congresso Nacional aprovava a PEC 215. No mesmo dia, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), autorizou a criação de uma CPI para investigar a Funai e o Incra nos processos de demarcação das terras indígenas.

Hoje, a demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas, reservas extrativistas onde vivem seringueiros, caboclos e pescadores, parques nacionais e reservas ecológicas é de responsabilidade da Presidência da República. A PEC 215 quer jogar essa definição para o Congresso de Picaretas, formado por Cunhas e latifundiários.

A PEC 215 é o maior ataque aos direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal de 1988. Quem está por trás da PEC são os grandes fazendeiros e os deputados bancados pelo agronegócio. Sua aprovação vai ter consequências dramáticas para todos os indígenas do Brasil, especialmente os kaiowás.

"Com a aprovação dessa PEC 2015, está se aprovando a sentença do genocídio do povo indígena Guarani Kaiowá. Quem são as pessoas que estão ali, os deputados? São pessoas do agronegócio. Quando eles decidem algo ali [no Congresso], é índio que vai morrer aqui", explica Valdelice Veron.